



Dossiê: História Indígena, Ensino d(e) História Indígena e Educação Escolar Indígena Brasileira

Apresentação

Em tempos atuais, na sociedade brasileira, sinais de preconceito e intolerância contra Indígenas, Negros e LGBTs ganham visibilidade e reúnem novos adeptos e versões. Em vários momentos, ressoam em espaços de representações governamentais, midiáticos e até escolares, algumas expressões sobre um desses povos que achávamos ter vencido. Como por exemplo, “*pra que tanta terra para índio*”?, colocando em xeque lutas e conquistas históricas dos povos indígenas brasileiros.

A *Revista História e Diversidade*, por meio do Dossiê *História Indígena/Ensino d(e) História Indígena e Educação Escolar Indígena Brasileira*, apresenta no formato de artigos, estudos produzidos por pesquisadores/professores indígenas e não indígenas que buscam refletir sobre o processo histórico de contatos culturais, étnicos e políticos entre os povos indígenas e não indígenas ao longo da História do Brasil. E, ao mesmo tempo, analisar o resultado do pós-contato através da escolarização indígena, no qual saberes tradicionais e os novos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos por esses povos começam a fazer parte do currículo acadêmico e escolar, promovendo diálogos e práticas pedagógicas interculturais de protagonismo indígena.

Os artigos foram divididos em seções temáticas que compreendem: 1) História Indígena e seu ensino, considerando a história de contato interétnico e cultural, remanescentes de tempos coloniais e dias atuais com escritas indígenas e outros pesquisadores. 2) Educação Escolar Indígena, com ênfase nas experiências acadêmicas acerca da escolarização indígena.

Nos “Fragmentos da história dos índios Bororo nas terras de Mato Grosso”, Loiva Canova analisa a presença do povo Bororo na nova repartição administrativa de Portugal, em 1748, as

minas do Mato Grosso e as do Cuiabá. Contextualizando, a formação da Capitania de Mato Grosso a partir do processo de expansão, conquista e colonização que resultou na apropriação de terras indígenas, num cenário de resistência e conflitos étnicos na colonização portuguesa em terras ao sul da América.

A história e cultura dos “Remanescentes indígenas no Planalto Serrano” é descrita por Suelen de Andrade e Nanci Alves da Rosa, da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), que enfatizam a história indígena dos povos Xoclangs e Kaigangs, os quais, juntamente com os Guaranis, forjaram as primeiras comunidades humanas na Serra Catarinense. As autoras abordam ainda, o resultado do contato desses povos com os bugreiros, que promoveram a “limpeza” étnica em nome da expansão e modernização do Planalto Catarinense.

Ao estudar “O primeiro contato do povo Pandééréj do Município de Aripuanã (MT): uma perspectiva indígena”, a professora indígena Beatriz Cinta Larga e a professora Regiane Custódio lançam luzes sobre o contato interétnico entre os Cinta Larga e os não indígenas, partindo, de testemunhos, dos anciãos Eduardo *Kaban* Cinta Larga e Capitão Cinta Larga, captados pela etnografia escrita por João Dal Poz Neto (1991) e Julie Cruikshank (2002).

O testemunho do Xavante Elídio TsörõnéParidzané, com a coautoria da professora Marli A. de Almeida, na escrita do artigo “A desintrusão de Marãiwatsédé: narrativas indígenas de um retorno”, apresenta-nos a história de contato dos Xavante pelos não indígenas, na década de 60 do século XX, durante o regime militar. Ao acompanhar a entrevista de seu pai, Cacique Damião Paridzané ao Bispo emérito da Prelazia do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, o indígena Elídio nos brinda com a história da desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé, uma das vitórias na batalha dos povos Xavante para o retorno aos seus territórios tradicionais, em 2013.

Em “Casamentos interétnicos na aldeia Umutina: autorreconhecimento da identidade Umutina”, a professora Umutina Alessandra Corezomáe Boroponepá narra a história de contato desses indígenas com não indígenas durante a construção das linhas telegráficas pelo Marechal Cândido Mariano Rondon que nas primeiras décadas do século XX, oportunizou a “mistura” étnica entre Umutina, Bororo, Terena e Chiquitano através de casamentos interétnicos, na aldeia Umutina, em Barra do Bugres (MT). O estudo realizado pela autora ao entrevistar os anciãos, aponta para a agência indígena, quando constata que os grupos indígenas “misturados” pelo casamento interétnico resolveram se autorreconhecer como Umutina.

Os aspectos culturais dos indígenas Myky e o ensino d(e) história indígena em “Artefato cultural do povo Myky: machado de pedra” são apresentados pelo indígena Tupy Myky e pelo professor Carlos Edinei de Oliveira na pesquisa realizada na aldeia Japuira, terra Indígena Menku, município de Brasnorte (MT) sobre a origem e uso do machado de pedra pelo povo Myky. Sobretudo pela importância patrimonial e cultural do machado de pedra para os indígenas que ao mesmo tempo os representa como símbolo cultural para a humanidade e também os auxilia no autorreconhecimento. Haja vista que ao entrevistar os anciãos, Tupy, conseguiu identificar traços culturais anteriores ao contato com o colonizador não indígena, viáveis para serem transformadas em narrativas didático-históricas de ensino d(e) história indígena.

A escrita “Cultura Indígena: batizado tradicional do menino Manoki” do professor indígena Claudionor Tamuxi Iranxe, da Escola Estadual Indígena Tapura, em Brasnorte (MT), em parceria com a professora Regiane Custódio apresenta-nos a possibilidade de conhecermos o batizado tradicional do menino Manoki como um procedimento cultural insubstituível para uma boa educação dos meninos, pois, marca o rito de passagem do menino para a adolescente, e conseqüentemente, para a idade adulta. O batizado tradicional é uma forma de educação dentro da cultura. Após seu acontecimento os meninos terão um aprendizado não apenas com os homens, mas se tornarão responsáveis da família, e todo o grupo contribuirá com a sua formação.

O processo formativo de Educação Indígena desenvolvido no século XIX por religiosos é apresentado pela professora Verone Cristina da Silva em “Catequese, escola e militarismo: A missão dos capuchinhos na fronteira Brasil e Paraguai”. A autora analisa a catequese os indígenas Guaná pelos missionários capuchinhos na fronteira entre Brasil e Paraguai, com base no Decreto n. 426, ao longo do século XIX. Durante a investigação em documentos oficiais, o estudo apresenta agência indígena na escolarização dos Guaná como propositivo de catequese pelos colonizadores luso-brasileiros.

Em relação ao processo formativo educacional indígena, entre o final do século XX e início do século XXI, as autoras Iraci Aguiar Medeiros e Leda Gitahy analisaram a experiência da formação de professores indígenas realizada na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, a partir de 2001. De acordo com este estudo, a experiência do 3º Grau Indígena

inaugurou no Brasil, a formação dos professores indígenas para atuarem em suas aldeias. Isto posto, verifica-se que a capacitação de professores indígenas contribui para conquistas de lutas antigas, como afirmação de identidades, demarcação de terras e Educação Escolar Indígena.

A confluência entre as conquistas indígenas no campo da Educação Escolar Indígena e o estudo de Ensino d(e) História Indígena, com base na “nova história indígena” está muito bem representada pela escrita da professora e pesquisadora desse campo Luisa Tombini Wittman e demais autores, no “Papel da Universidade no Ensino de História Indígena: uma análise dos cursos de História em Santa Catarina”. Ao debruçar-se sob as propostas curriculares dos cursos de História da IES (UFSC, UDESC, UFFS, UNISUL, UNESC, FURB) que a partir da aprovação da Lei n. 11.645/08, têm o compromisso de formar profissionais da Educação Básica para o ensino da História e Cultura dos povos indígenas, os autores analisam a realidade, desafios e possibilidades de construção de uma História Indígena no estado de Santa Catarina.

Enfim, as produções que compõem este dossiê somam-se a vários estudos desenvolvidos no Brasil sobre o protagonismo indígena, sendo temáticas de pesquisa e ensino construídas por não indígenas, ou como apresentamos neste volume, através dos quais os indígenas narram suas histórias. Na tentativa de produzir conhecimentos e contribuir para a diminuição preconceito e intolerância.

Além do Dossiê, esta edição da Revista História e Diversidade publica também dois artigos complementares. O primeiro artigo denominado “Um novo lugar social a ser ocupado: os intelectuais e as representações dos negros no Brasil republicano”, de Juliana Aparecida Nunes, analisa o processo de representação dos negros durante o período republicano brasileiro, a partir da análise da construção da representação social realizada por intelectuais e os impactos sociais destas representações.

O segundo artigo, de autoria de Raylenn Barros da Silva, “Curar e higienizar o sertão do antigo extremo norte goiano (atual norte tocantinense): os missionários católicos Orionitas e suas estratégias de catolização pela saúde”, apresenta um estudo acerca da atuação dos missionários orionitas e o uso do processo sanitário e de higienização como instrumento de catolização a partir da década de 1950.

Boa leitura!

Revista
História e Diversidade
ISSN: 2237-6569

História Indígena, Ensino d(e) História Indígena e Educação
Escolar Indígena Brasileira

Cáceres, novembro de 2018
Carlos Edinei de Oliveira (Unemat)
Marli Auxiliadora de Almeida (Unemat)
Organizadores
Oswaldo Mariotto Cerezer (Unemat)
Editor